

A bancada do espelho e o fim do Brasil



» CREOMAR DE SOUZA
Fundador da Dharma Political Risk and Strategy, professor da Fundação Dom Cabral e autor do livro Gestão de risco Político: como blindar negócios e carreiras

Três deputados federais somaram mais de 7,7 milhões de votos em 4 de outubro. Nikolas Ferreira (PL-MG) passou de 3,1 milhões, mais que o dobro de 2022. Lucas Pavanato (PL-SP) obteve 3.038.438, a maior votação da história de São Paulo para a Câmara. Erika Hilton (PSol-SP) chegou a 1.596.472 e tornou-se a mulher mais votada da história da Casa.

Os polos são antagônicos; os métodos de captura de atenção são idênticos. Essas candidaturas falam daquilo que o eleitor é e dos inimigos, reais ou imaginários, que ele teria. A filiação identitária, seja religiosa, seja de gênero, seja geracional ou seja de trincheira, cria um dilema para o crescimento do país. Afinal, se a tomada de decisão fica presa a dinâmicas sectárias, não há interesse em pensar o país para além das bolhas de ressonância.

Por exemplo, Pavanato travou com Erika Hilton embates que chegaram à Justiça Eleitoral. Encerrada a apuração, o modo campanha continua, porque capturar atenção rende mais do que avançar qualquer agenda. O resultado é a transformação da cidadania em audiência, e do político, em performer.

O cientista político Yascha Mounk descreve esse circuito em *A armadilha da identidade*.

Seu alvo é a vertente da esquerda que passou a tratar raça, gênero e orientação sexual como a lente principal da vida pública. A armadilha está no efeito: ao abandonar a aposta em valores universais, essa agenda legítima que outros grupos se organizem pela mesma lógica, e a direita responde com a própria política de pertencimento. As urnas de 2026 indicam que o espelho opera nos dois sentidos.

A identidade não é tema ilegítimo. Grupos excluídos têm razões para buscar voz no parlamento, e eleitores religiosos têm direito de ver seus valores representados. O problema surge quando a identidade deixa de ser ponto de partida e passa a ser ponto de chegada.

O mecanismo eleitoral favorece esse deslocamento. Eduarda Campopiano, um dos casos mais exemplares dessa lógica, avançou com uma campanha apoiada na comunicação digital, com um conteúdo que demarca a fronteira entre nós e eles. E essa dinâmica, por si, atrai mais atenções que uma proposta sobre o financiamento do SUS ou a concessão de rodovias.

Outro caso é o episódio da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados, que, em março de 2026, antecipou esse padrão. A eleição de Erika Hilton para presidi-la exigiu dois turnos e terminou com 11 votos favoráveis e 10 em branco, e a oposição concentrou a disputa na identidade de gênero da deputada, não nas prioridades do colegiado.

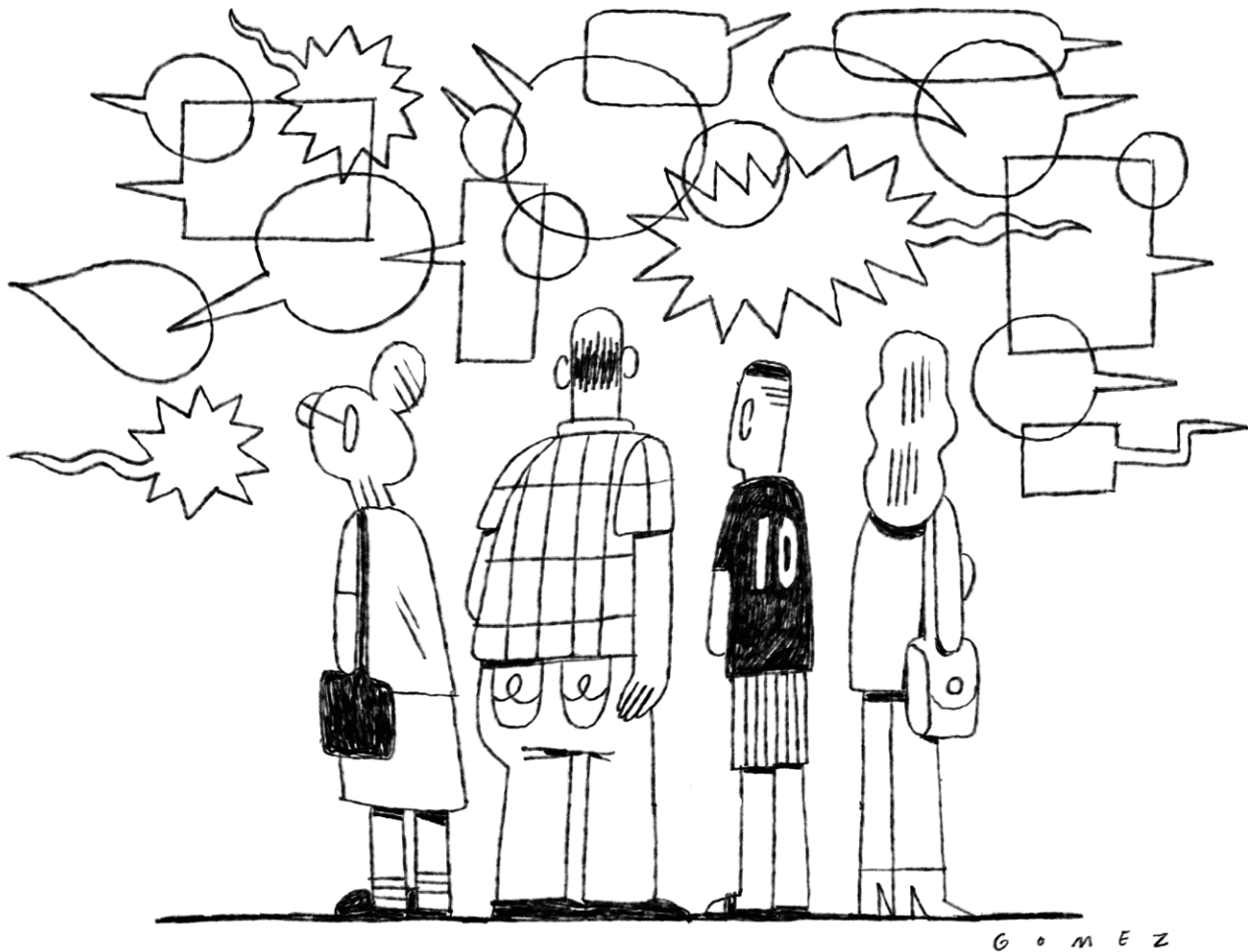
É aqui que Ha-Joon Chang ajuda a medir o custo desse modo de fazer política. Em *Chutando a escada*, ele mostra que os países hoje ricos se desenvolveram com escolhas deliberadas de Estado,

como a proteção à indústria nascente. Desenvolvimento, nessa leitura, é decisão política sustentada por décadas. Uma legislatura organizada em torno de identidades, de qualquer viés, tende a gastar seu capital em disputas simbólicas e a deixar sem dono justamente essas escolhas.

É preciso, contudo, conter o diagnóstico. Pavanato e Campopiano ainda não exerceram mandato nas casas para as quais foram eleitos, e Erika Hilton teve protagonismo no debate sobre a escala 6x1. O que existe, por ora, é risco, não fato. O dilema está nos incentivos, e eles apontam numa direção: um parlamentar cujo capital depende de engajamento diário pouco ganha com uma discussão sobre saneamento ou portos. Saúde, aprendizagem, produtividade e infraestrutura exigem negociação, concessão e tempo, recursos que a política de identidade, à direita e à esquerda, tem pouco interesse em oferecer.

Não é provável que o Congresso deixe de votar matérias econômicas. O cenário mais plausível é que elas passem a depender ainda mais dos partidos de centro, que negociam longe das câmeras e cobram mais caro por cada apoio. Desenha-se uma divisão de trabalho: quem tem voto não decide, e quem decide não tem voto. Nesse intervalo, instala-se uma entropia decisória que o próximo governo, seja qual for, terá de administrar.

O eleitor que deu essas votações não o fez por engano nem por falta de informação. Respondeu a uma oferta que fala de quem ele é, e não do que o país precisa. Enquanto a oferta for essa, a pergunta sobre como o Brasil cresce, educa e cuida de sua população seguirá sem quem a formule no plenário.



Quanto custa deixar a Água Mineral fechada?



» GUSTAVO SOUTO MAIOR
Professor da Universidade de Brasília (UnB) e ex-presidente do Instituto Brasília Ambiental (Ibram)

Brasília possui, em sua área urbana, um patrimônio natural extraordinário. O Parque Nacional de Brasília protege mais de 42 mil hectares de Cerrado, conserva biodiversidade, protege mananciais importantes para o abastecimento de água, abriga pesquisas científicas e oferece contato direto com a natureza a poucos quilômetros de casa. Para milhares de brasilienses, a porta de entrada para esse patrimônio é a Água Mineral, zona de uso público do parque.

O parque vale muito mais do que as piscinas da Água Mineral. Mas é por meio delas que esse patrimônio se transforma em lazer, convivência, educação ambiental e qualidade de vida.

Desde fevereiro, as duas piscinas — Pedreira e Areal — permanecem fechadas ao público. São mais de sete meses sem esse espaço de lazer, em contato com a natureza.

A dimensão ambiental do parque começa pela água. A proteção dos mananciais que abasteceriam a nova capital esteve entre as razões para sua criação, em 1961. Dentro do parque, encontra-se o reservatório de Santa Maria, que integra o sistema de abastecimento de água do DF. E o Cerrado protegido pelo parque abriga fauna, flora,

paisagens e processos ecológicos. São benefícios que dificilmente percebemos no cotidiano e mais dificilmente ainda aparecem nas contas públicas.

Mas o Parque Nacional de Brasília presta também outro serviço fundamental: oferece lazer e recreação. Em 2023, foram registradas 300.603 visitas, colocando-o entre os 10 parques nacionais mais visitados do país. O próprio ICMBio identifica as piscinas como seus principais atrativos. Ali, águas naturais e paisagem do Cerrado oferecem uma experiência singular. Uma combinação valiosa em uma grande cidade: água mais natureza.

Essa experiência tem valor econômico, que não se confunde com o preço do ingresso. Estudo científico publicado em 2022 na revista *Ciência Florestal*, com aplicação do Método do Custo de Viagem, estimou em aproximadamente R\$ 138 milhões anuais, em valores do estudo, o benefício econômico associado ao uso recreativo do Parque Nacional de Brasília.

Não é arrecadação pública, mas estimativa do benefício econômico proporcionado aos visitantes. E não é o valor econômico total do parque: ficam fora dessa conta a proteção hídrica, a conservação da biodiversidade e outros serviços ambientais. Áreas protegidas geram benefícios econômicos, ambientais e sociais, que nem sempre possuem preço de mercado.

É sob essa perspectiva que precisamos avaliar o fechamento das piscinas, motivado por problemas técnicos. Mas, passados mais de sete meses, cabe perguntar: quanto custa à sociedade mantê-las fechadas por tanto tempo?

Os números de visitação ajudam a dimensionar

o problema. Em janeiro de 2026, o parque recebeu 23.463 visitantes; em fevereiro, 11.791; em março, primeiro mês inteiro com ambas as piscinas fechadas, apenas 1.494. A queda entre janeiro e março foi de aproximadamente 94%. A dimensão da queda, justamente quando os principais atrativos se tornaram inacessíveis, exige atenção, pois evidencia a importância social das piscinas.

Cada visita que deixa de ocorrer significa mais do que um ingresso não vendido. Pode representar uma família privada de lazer acessível em contato com a natureza, uma criança sem a oportunidade de conhecer o Cerrado, menos recreação, atividade física e educação ambiental. São benefícios sociais reais, embora não apareçam diretamente nas contas do governo.

A redução expressiva no uso de um serviço recreativo estimado em R\$ 138 milhões anuais indica um custo social relevante. Daí uma pergunta objetiva: quanto custa recuperar as piscinas e quanto custa à sociedade cada mês adicional de espera?

Conservar o Parque Nacional de Brasília preservando o patrimônio natural. Mantê-lo adequadamente acessível transforma parte desse patrimônio em qualidade de vida. As piscinas possuem função social especial: são uma das principais formas pelas quais esse capital natural se converte em bem-estar para a população. A recuperação segura das piscinas precisa receber prioridade compatível com sua importância ambiental, econômica e social.

Porque cada mês adicional de piscinas fechadas tem um custo. Ele pode não aparecer no orçamento público nem nas contas do parque. Mas com certeza quem o está pagando é a sociedade.

Bolsa de Serviços: nova infraestrutura para mercados organizados



» HELDER REBOUÇAS
Consultor legislativo e ex-diretor geral do Senado

O setor de serviços mobilizou R\$ 7,6 trilhões em 2025, equivalentes a 70% do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar disso, o segmento ainda opera, sobretudo, por contratos bilaterais, sem mecanismos organizados de formação de preços. Embora essa estrutura seja adequada a serviços personalizados, parcela crescente da economia já utiliza atividades definíveis por padrões técnicos e critérios objetivos de entrega. Abre-se, assim, espaço para sua negociação em mercados organizados.

Nesse contexto, surge a possibilidade de instituição de uma Bolsa de Serviços, como infraestrutura para registro, negociação, compensação e liquidação de contratos, ativos e derivativos vinculados à prestação futura de serviços padronizados. Como os mercados organizados de ativos e commodities, o ambiente negociaria capacidades futuras especificadas e certificadas, favorecendo a formação de preços, a liquidez e a gestão de riscos. Aliás, a B3 já prevê, em suas normas, a negociação de contratos referenciados em serviços de transporte, facilitando a ampliação do modelo para outros segmentos.

A admissão de serviços em Bolsa exige critérios objetivos, na linha de padronização técnica, mensurabilidade, certificação do prestador, execução futura e verificação confiável da entrega. Logo, nem todo serviço seria elegível, havendo maior potencial para atividades como armazenagem, infraestrutura logística, processamento e armazenamento de dados, computação em nuvem, ciência, tecnologia e serviços digitais. Educação e saúde demandariam requisitos adicionais de padronização, certificação, garantias e modelos de intermediação.

A Bolsa pode ainda integrar-se aos mercados de commodities, permitindo negociar conjuntamente mercadorias e serviços necessários à sua produção, armazenagem, transporte e comercialização. Assim, um mesmo instrumento incorporaria riscos associados aos preços dos bens e aos custos dos serviços. Aqui, o agronegócio oferece um exemplo expressivo, visto que, em 2025, o seu ramo de serviços, os agrosserviços, cresceu 13,76%, superando a expansão de 12,2% do PIB do setor. Esse desempenho foi impulsionado especialmente pela pecuária, que elevou a demanda por transporte, armazenagem, comercialização, logística e demais atividades de suporte às cadeias produtivas. O resultado indica potencial para instrumentos que combinem commodities e serviços correlatos em mercados organizados.

Essa infraestrutura tende a incentivar mercados a termo, futuros e outros instrumentos de gestão de riscos relacionados à prestação de serviços. Empresas dependentes de transporte, dados ou infraestrutura poderiam contratar capacidade antecipadamente, reduzindo a exposição à volatilidade e a restrições de oferta. Prestadores negociariam parte de sua capacidade futura, obtendo maior previsibilidade de receitas e melhores condições de planejamento operacional e financeiro. Capacidades ociosas tenderiam a ser mais facilmente identificadas e negociadas, aproximando oferta e demanda de maneira contínua. Contratos negociados em ambiente organizado favorecem ainda a criação de ativos lastreados em receitas futuras de prestação de serviços, ensejando operações de crédito, antecipação de recebíveis, securitizações, certificados de direitos creditórios, aproximando o mercado financeiro da economia de serviços.

A implementação da proposta requer articulação institucional e desenvolvimento gradual, envolvendo Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central, B3 e entidades empresariais. Projetos-piloto em ramos específicos testariam padrões contratuais, modelos de certificação e mecanismos de liquidação. No âmbito legislativo e regulatório, impõe-se definir os contornos jurídicos dos contratos, disciplinar os títulos de prestação futura de serviços, estabelecer as regras de negociação, registro, liquidação e os mecanismos de certificação e auditoria.

A Bolsa não substitui contratos bilaterais, adequados a atividades de serviços personalizados. Complementa o mercado existente com padrões, transparência, liquidez e proteção onde houver condições técnicas para a padronização. Com prudência regulatória e supervisão adequada, a proposta pode transformar capacidades futuras em ativos negociáveis, desenvolver mercado secundário de papéis, fortalecer o financiamento empresarial e criar uma infraestrutura de mercado compatível com a economia de serviços e a agregação de valor.